

ENTRE INFORMAÇÕES E ENTRE CULTURAS: DIÁLOGOS ENTRE A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A INTERCULTURALIDADE¹

Emails:
maycochaves@yahoo.com.br
lidiasilvade Freitas@gmail.com

Mayco Ferreira Chaves, Lídia Silva de Freitas

Resumo

Busca-se um delineamento da fundamentação teórica de pesquisa em andamento. São articuladas as noções de mediação da informação e de interculturalidade com o objetivo de compreender a relação de estudantes indígenas e quilombolas envolvidos nas práticas de busca, uso e apropriação da informação, com a biblioteca universitária, de uma universidade na região oeste do Estado do Pará. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para o levantamento de reflexões teóricas sobre a mediação da informação numa abordagem social no campo informacional, bem como a identificação teórico-conceitual sobre a multi e interculturalidade, seus usos e sentidos, também em outras áreas como a Educação e a Antropologia. Pretende-se instrumentalizar a reflexão acerca dos processos de mediação da informação na biblioteca universitária em contextos interculturais, tendo em vista o respeito à alteridade e à autonomia dos diferentes grupos presentes na universidade e na biblioteca. Deste modo, compreende-se como fundamental e necessário que a biblioteca reconheça e se proponha aberta ao diálogo com sua comunidade em suas diferenças e demandas informacionais plurais, para (re)pensar sua estrutura, suas práticas, suas políticas e ações, em contextos interculturais.

Palavras-Chave: Mediação da Informação; Interculturalidade; Indígenas e Quilombolas; Biblioteca Universitária.

Abstract

The present paper seeks for an outline of the theoretical foundation of the ongoing research. Here, the notions of mediation of information and interculturality are articulated with the goal of understanding the relation of indigenous and *quilombola* students involved in search, use and appropriation of information with a university library from a university in the western region of the Brazilian state called *Pará*. It resorted of bibliographical research to collect theoretical reflections on the mediation of information in a social approach in the informational field, as well as the theoretical-conceptual identification on the multiculturalism and on the interculturality, their uses and meanings, also in other areas such as Education and Anthropology. The purpose of this paper is to equip the reflection on the information mediation processes at the university library in both, indigenous and *quilombola*, intercultural contexts, in order to respect the alterity and autonomy of the different groups that attend university and the library. Thus, it is understood as fundamental and as a necessity that the library personnel acknowledges this clientele and opens up to discuss with its community in its pluralistic informational differences and demands, in order to (re)think its structure, its practices, its policies and its actions in intercultural contexts.

¹ Pesquisa em andamento no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

Keywords: Mediation of information; Interculturality; Indigenous e Quilombolas; University library

1 INTRODUÇÃO

A Universidade se preocupou com o estar preparada para o acesso de indígenas e quilombolas no ensino superior? A biblioteca é um espaço destinado a quem? Qual sua atual função? Qual a melhor forma de disponibilizar seus produtos e serviços diante de sua plural comunidade? Sendo este um espaço de predomínio, por excelência, da cultura escrita e da cultura erudita, os povos de tradição oral, como indígenas e quilombolas, podem se reconhecer nesse espaço? Onde estaria a interculturalidade na biblioteca?

Questionamentos como esses contribuíram para outro olhar e (re)pensar: sobre a atual posição da universidade após a implementação das políticas de ações afirmativas que vêm constituindo uma nova comunidade acadêmica, multicultural; e sobre as relações entre os estudantes indígenas e quilombolas, a biblioteca e o profissional bibliotecário

No contexto amazônico, especificamente no Pará, a região compõe um dos mais ricos e diversificados territórios do País no que se refere à presença de povos indígenas e comunidades tradicionais. E como reconhecem Fernandes, Beltrão e Oliveira (2015), estes são povos, comunidades e movimentos sociais que têm buscado o estabelecimento de um diálogo com as instituições públicas de ensino superior no intuito de “garantir políticas específicas para superar a desigualdade histórica no acesso aos cursos de graduação e pós-graduação” (FERNANDES; BELTRÃO; OLIVEIRA, 2015, p. 254).

No oeste paraense, considerando a área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a diversidade de sua população não é diferente: nos municípios de Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Oriximiná, há 94.400 pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e se auto identificam como indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Nesses mesmos municípios, há pelo menos 20 terras indígenas, 53 comunidades quilombolas e 24 unidades de conservação (UNIVERSIDADE, 2016). E, destes municípios, pelo menos sete possuem campus da Ufopa.

No âmbito das ações afirmativas, a Ufopa adotou, a partir de 2011, um processo seletivo especial para indígenas e, em 2015, um processo seletivo especial para quilombolas. Dados atuais mostram que em 2017 a Ufopa conta com, aproximadamente, 400 estudantes indígenas e 148 estudantes quilombolas regularmente matriculados em seus cursos de graduação, de um total aproximado de 7000 estudantes de graduação (MORAIS; SANTOS, 2017). E segundo balanço sobre a entrada desses grupos, os estudantes indígenas são originários de 18 etnias, dentre elas: Borari, Cara Preta, Jaraqui, Juruna, Kaxuyana, Maytapu, Munduruku, Tapajó e Wai-Wai. Já os estudantes quilombolas das comunidades Último Quilombo, Araribama, Pacoval, Boa Vista, Peafu e Bom Jardim (MORAIS; SANTOS, 2017). Nesse contexto, tem-se a comunidade acadêmica da Ufopa se caracterizando por uma diversidade cultural, constituindo o público atendido pelas bibliotecas da instituição.

Ainda que os dados indiquem a crescente presença de indígenas, negros e quilombolas no

ensino superior², a exemplo da Ufopa, estes estudantes têm se deparado com dificuldades para a sua permanência, como conflitos nas relações étnico-raciais, preconceito, racismo, ou mesmo barreiras linguísticas, não contando com material informacional e bibliográfico multilíngue, além das assimétricas relações de poder e hierarquização de saberes na Universidade. Vaz Filho (2016) considera que não parece que as universidades tenham mudado seu modo de operacionalização e seu projeto civilizatório. O que se percebe, assim, é um processo de ‘reeducação’ desses sujeitos pertencentes a grupos diferentes que entram no ensino superior, constatando-se apenas mudança na composição social das universidades (VAZ FILHO, 2016).

Portanto, tendo em vista um real processo de inclusão informacional, pedagógica, cultural e de permanência de grupos indígenas e quilombolas no ensino superior, com respeito à alteridade³, como pode se dar o processo de mediação da informação na biblioteca universitária a partir de uma perspectiva intercultural? É a questão norteadora da pesquisa ainda em curso. Observa-se, então, como relevante a proposta desta pesquisa, a ser desenvolvida em bibliotecas que atendem comunidades de diversas culturas e línguas, como as unidades de bibliotecas da Ufopa – nosso foco de pesquisa –, uma vez que seu foco se articula entre a interculturalidade e a mediação na biblioteca universitária, *com e sobre* estudantes indígenas e quilombolas, trazendo para o campo informacional discussões temáticas étnico-raciais.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: POSSÍVEIS DIÁLOGOS CONCEITUAIS

Pensar o processo de mediação na biblioteca se direciona para a promoção de serviços bibliotecários que visem à igualdade e equidade no acesso aos seus serviços e produtos. Hoje observamos que estes espaços não são totalmente acessíveis e inclusivos para lidar com as pluralidades étnicas, culturais, religiosas, sexuais e de gêneros de sua comunidade, o que pode demonstrar, inclusive, a fragilidade de sua equipe por não estar preparada e capacitada para atendê-la. Considera-se que não pode haver distanciamento entre a biblioteca, o bibliotecário e a comunidade atendida, sendo imprescindível o conhecimento dos grupos que compõem essa comunidade acadêmica multicultural, suas experiências, expectativas e demandas envolvidas nas práticas informacionais.

O termo mediação no campo da CI vem sendo trabalhado de modo bem recente, com autores dedicados ao seu aprofundamento teórico-conceitual, articulando-se na relação entre a informação, o usuário e o profissional da informação.

Um desses autores, no Brasil, é Oswaldo Almeida Junior (2015a) que remonta aos estudos no Brasil sobre mediação emergindo por volta dos anos de 1990, os quais num primeiro momento se

² Em seu último senso, em 2016, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) registrou a matrícula de 32.147 estudantes indígenas e 429.632 estudantes pretos em cursos de graduação nas universidades brasileiras (federais, estaduais, municipais e privadas). Em comparação com o ano de 2011, observa-se um aumento da presença desses grupos em, aproximadamente, 70% e 63%, respectivamente. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

³ Para esta pesquisa, entendemos a noção de alteridade a partir da concepção trabalhada por Gersem Luciano, indígena Baniwa, o qual relaciona alteridade às noções de “identidade” e “personalidade coletiva”, associando-as às características de cada povo, como modo de trabalho, de festas e a perspectiva de coletividade existente entre eles. Isto é, “identidade implica a alteridade, assim como a alteridade pressupõe diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não-idêntico que a identidade se constitui” (LUCIANO, 2006, p. 49).

dirigiam aos espaços dos equipamentos informacionais que atuavam diretamente com o atendimento ao público. Nesse âmbito, a mediação da informação se relacionava apenas com o Serviço de Referência e Informação (SRI), setor responsável pelo atendimento ao público nas bibliotecas e unidades de informação. Para o autor, os estudos de mediação surgem como forma de preencher uma lacuna nas bases conceituais e teóricas existente nos estudos e debates na esfera do SRI (ALMEIDA JUNIOR, 2015b).

Entretanto, Almeida Junior (2015a; 2015b), ao propor uma conceituação para mediação da informação, a amplia para além dos serviços de referência e informação na medida em que reconhece a mediação presente em todo o fazer do profissional da informação. Assim, a mediação da informação é definida pelo autor como

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2015b, p. 25).

Almeida Junior (2009) afirma que a mediação da informação deve ser compreendida como um processo histórico-social, uma vez que “o momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno” (ALMEIDA JUNIOR, p. 93). Nesse caminho, para o autor (2015b), entende-se que

A informação vai se construindo, se impregnando de intenções, interesses, desejos, valores. Ela carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos, verdades. O ideológico não é eliminado pelo emprego de técnicos documentais, ao contrário, estas reforçam esse caráter ideológico presente na construção da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2015b, p. 12).

Gomes (2014) considera que a mediação deve ser entendida como vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção dos sentidos que sustentam as interações sociais. A autora expõe que o processo de mediação implica técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos, para a sua completa efetividade na apropriação da informação para a construção do conhecimento. Assim, é possível vislumbrar as dimensões éticas, estéticas, dialógicas e formativas na mediação da informação (GOMES, 2014).

Ao identificar a dimensão estética no processo de mediação, Gomes (2014) traz para o centro o sujeito, o cuidar, o ouvir e a observação sensível, que proporcione conforto e um sentimento de pertencimento ao processo de mediação no ambiente da biblioteca, ou seja, reconhecendo a participação do sujeito no processo mediacional, coloca-o em uma posição que possibilita o diálogo e também a troca de saberes. Essa dimensão se efetiva por meio do uso de linguagens e dispositivos comunicativos que proporcionem ao sujeito alcançar a autonomia (GOMES, 2014).

Para além das dimensões apresentadas por Almeida Junior (2015b) e Gomes (2014), Silva (2015) analisa que a mediação da informação pode ser identificada ainda por três tipos possíveis, em função de contextos coletivos e plurais: a mediação técnica, a pedagógica e a institucional. A técnica se relaciona com as ações de tratamento, representação e organização da informação, em ambientes físicos e virtuais. A mediação pedagógica é relacionada à heurística e aos procedimentos que serão

efetivados no processo de mediação, com vistas ao uso dos serviços e produtos, buscando uma aproximação com a comunidade e sua autonomia. E a mediação institucional é a busca por recursos e parcerias, dentro e fora da instituição para a efetivação das ações, interferências e para as condições de existência dos equipamentos informacionais (SILVA, 2015).

Em seus ensaios mais recentes de reflexão sobre a mediação da informação, Silva (2016) aponta que esta possui múltiplas possibilidades de abordagem: positivista, funcionalista, crítica, construtiva/construtivista e sócio interacionista. É importante destacar, como apresenta Silva, o âmbito social em que se constitui a mediação da informação, que se vincula

[...] aos processos dialógicos, interacionistas, desvinculados de hierarquia e procedimentos muito burocráticos, mas na perspectiva de que todos os seres envolvidos no processo de mediação em centros de informação são interdependentes e necessitam de um olhar interacionista horizontal, buscando reconhecer as igualdades de oportunidades, diferenças e autonomia dos seres envolvidos (SILVA, 2015, p. 103).

Assim, para o contexto desta pesquisa, envolvida com questões étnico-raciais, conflitos e relações de poder quando falamos sobre a presença dos grupos indígenas e quilombolas na universidade e na biblioteca, deve-se pensar em uma mediação que proporcione de fato uma igualdade de oportunidade, respeito às diferenças e à autonomia, e mais, que essa mediação seja pensada *com* esses sujeitos, numa relação de diálogo e ações de compartilhamento de saberes a partir de suas experiências, expectativas e demandas.

Visando contribuir para tal perspectiva, trago para este encontro as noções de multi e interculturalidade de modo a ampliar as possibilidades de compreensão acerca das questões envolvidas no tema de pesquisa proposto.

É a partir do reconhecimento da multiculturalidade que se pode assumir e respeitar as diferenças de uma sociedade caracterizada pela diversidade cultural (FLEURI, 2001; CANDAU, 2008). Candau (2008) aponta como característica das questões multiculturais o fato de atravessarem os âmbitos acadêmicos e sociais, da produção de conhecimento, da militância e também das políticas públicas. Entretanto sublinha que o que constitui a produção do reconhecimento da multiculturalidade foi e são as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos, dos movimentos sociais, especificamente os relacionados às questões étnicas e às identidades negras (CANDAU, 2008).

Portanto, diferente do contexto europeu e norte americano, “o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nos construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultural hegemônica” (CANDAU, 2008, p. 17).

Chamando a atenção para a necessidade de cuidado no uso do termo multicultural, Antonio García Gutiérrez destaca que, dependendo de sua abordagem, pode trazer o significado de reafirmação de um segregacionismo, separatismo ou “uma forma de racismo negada” (2008, p. 75). Fleuri (2001) também ressalta que este termo pode ser uma justificativa para a fragmentação ou criação de guetos culturais, que acabam por ser reprodutores das desigualdades e discriminações sociais.

Então, em função da polissemia de sentidos atribuídos ao termo multiculturalismo, em seus estudos, Candau (2016) apresenta três abordagens para a questão multicultural: o multiculturalismo

assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monocultural plural e o multiculturalismo interativo (também denominado de interculturalidade).

Nota-se que o tema multicultural descortina as contradições de uma sociedade que se diz universalista e igualitária, mas que, quando diante de questionamentos multiculturais se vê monocultural, homogeneizadora e cheia de desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais, se observado a partir do ponto de vista crítico (CANDAU, 2016).

Observar que a multiculturalidade tem um grande desafio político-cultural – a simples promoção de uma justiça social e de igualdade entre grupos de uma dada sociedade seria reduzir muito sua questão –, vemos que ele traz igualmente um desafio teórico-conceitual: entender e refletir, a partir do pensamento da diferença é um incentivo a se pensar em uma nova postura epistêmica.

Percebe-se que abordar a questão da diferença traz ao campo da CI um conjunto de novos e instigantes questionamentos, que em sociedades plurais e heterogêneas como a nossa não podem ser deixados de lado.

Trazendo a perspectiva multicultural para a biblioteca, podemos questionar: no processo de mediação em bibliotecas, seus serviços e produtos disponibilizados, não há também uma orientação homogeneizante e padronizadora, desconsiderando ou ignorando as especificidades culturais e linguísticas dos diversos grupos étnicos e culturais que compõem sua comunidade? Por esse aspecto, tal perspectiva traz para a Universidade e para a Biblioteca constantes provocações, quando estas de fato reconhecem e se propõem abertas ao diálogo com sua comunidade em suas diferenças, para (re)pensar sua estrutura, suas práticas, suas políticas e ações, bem como as assimétricas relações de poder.

Como se nota, a interculturalidade pode se situar no escopo das abordagens multiculturais (CANDAU, 2016). Entretanto, mesmo nos estudos interculturais se apresentam diversos sentidos e abordagens terminológicas, teóricas e políticas e, como bem observa Fleuri (2014) sobre a questão intercultural, “a sua riqueza consiste justamente na multiplicidade de perspectivas que interagem e que não podem ser reduzidas por um único código e um único esquema a ser proposto como modelo transferível universalmente” (FLEURI, 2014, p. 90).

No caminho por esses sentidos, Fidel Tubino (2005), ao analisar os usos do termo interculturalidade, apresenta duas abordagens para a questão. A primeira, a interculturalidade funcional, não há um questionamento às regras da lógica do modelo econômico neoliberal e busca a promoção do diálogo e da tolerância sem, no entanto, impactar nas causas da assimetria social e cultural e nas relações de poder vigente (TUBINO, 2005), ou seja, ela é “funcional” ao sistema.

Em oposição à perspectiva funcional, Tubino (2005) assinala a interculturalidade crítica como um “projeto ético-político de ação transformativa e de democracia radical” (TUBINO, 2005, p. sem paginação), na qual a busca da redução das assimetrias seria predominante para uma ação ético-política. Para o autor, torna-se impossível um diálogo intercultural verdadeiramente autêntico com a estabilidade da assimetria social e da discriminação cultural. Assim, antes do início do diálogo, primeiro há que questionar em que condições sociais, econômicas, políticas e culturais este se dará.

Acompanhando este posicionamento, Catherine Walsh (2012) reconhece a multiplicidade de sentido da interculturalidade como “efeito e resultado das lutas dos movimentos sociais-políticos-ancestrais e suas demandas por reconhecimento, direitos e transformação social” (WALSH, 2012, p. 62).

Além das dimensões éticas, políticas e sociais, Walsh (2012) também evidencia a dimensão

epistêmica da interculturalidade, na perspectiva de valorização e diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos presentes na sociedade, o que aponta para um projeto necessariamente decolonial da interculturalidade, ou seja, “como ação, projeto e processo que busca intervir na refundação das estruturas e sistemas da sociedade que racializa, inferioriza e desumaniza, é dizer, da ainda presente matriz colonial do poder” (WALSH, 2012, tradução nossa). Assim, a autora compreende a interculturalidade sob três perspectivas: a relacional, a funcional e a crítica.

Podemos trazer para este encontro também a análise de José Fernandes (2016), que conceitua a interculturalidade como,

o contato entre culturas, com possíveis trocas que se estabelecem em termos equitativos e em condições de igualdade, como processo de permanente relação, comunicação e aprendizagem entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores e tradições, sem necessariamente haver a fusão, ou hibridização, entre as práticas e os saberes postos em contato (FERNANDES, 2016, p. 57).

Assim, focando para a mediação da informação no espaço das bibliotecas universitárias de comunidades multiculturais, a exemplo do contexto da Ufopa que envolve as questões éticas, a interação, o diálogo, sua essência estaria não apenas *entre as culturas*, mas *entre as práticas, os saberes, as informações e conhecimentos*.

É na área educacional que a questão da interculturalidade tem tido um solo mais fértil para discussões. Candau (2016) indica que o contexto em que se deram as reflexões sobre a educação intercultural foi o da educação escolar indígena, tendo esta como matriz fundamental, iniciando-se na década de 1970. Na América Latina, a educação intercultural pode ser vista como uma política de fortalecimento dos processos democráticos, mostrando-se relevante tema desde os anos de 1990, fundamentalmente como crítica ao aspecto universalizante e ocidental dominante presente no contexto educacional (CANDAU, 2016).

A partir de uma das abordagens da interculturalidade, a crítica, Candau e sua equipe do Grupo de Estudos Cotidiano, Educação e Cultura (GECEC) elaboram o conceito de educação intercultural que se tornou referência para os trabalhos desenvolvidos sobre o tema

A educação intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogos entre diversos sujeitos - individuais e coletivos, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça - social, econômica, cognitiva e cultural -, assim como a construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAU, 2016, p. 83).

Walsh (2010), na mesma linha, argumenta que só se assumindo de modo crítico, como um ato pedagógico-político, que a educação intercultural terá significado, impacto e valor, buscando intervir na reconstrução da sociedade em sua estrutura, uma vez que

[...] pretende pensar não só “desde” as lutas dos povos historicamente subalternizados, mas também “com” sujeitos, conhecimentos e modos diferentes de estar, ser e viver, transformando a uninacionalidade e monoculturalidade fundante das instituições de educação e sua razão moderno-ocidental-capitalista (WALSH, 2010, p. 93, tradução nossa).

Essas são algumas bases para a constituição da fundamentação teórico conceitual para o que se propõe nesta pesquisa, com as dimensões possíveis para intervenção no processo de mediação da informação, em paralelo com aproximações conceituais com a perspectiva crítica da educação intercultural, a partir do necessário reconhecimento que a biblioteca precisa ter de sua comunidade multicultural, com diversidade cultural e demandas informacionais plurais, pretendendo-se instrumentalizar a reflexão acerca dos processos de mediação na biblioteca universitária, tendo em vista o respeito à alteridade e à autonomia dos diferentes grupos presentes na universidade e na biblioteca.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se importante a discussão sobre as questões e problemas enfrentados por indígenas, negros e quilombolas no espaço da academia, que muitas vezes são silenciadas, negadas ou invisibilizados, além de mostrar que a biblioteca não só pode como deve ser um espaço que proporcione condições para a permanência desses grupos, colaborando para consolidação das políticas de ações afirmativas, igualmente combatendo os processos de discriminação, preconceito, intolerância e racismo no espaço universitário.

Deste modo, tem sido importante e necessária a presença desses grupos para nos fazer enxergar e provocar outras reflexões críticas sobre o atual papel da biblioteca universitária, não apenas focando nas discussões dos estudos informacionais, mas também se fazendo presente no campo das discussões das relações étnico-raciais, no espaço universitário. Observa-se que a perspectiva da educação intercultural crítica se mostra uma importante contribuição às reflexões sobre o processo de mediação em bibliotecas universitárias em contextos interculturais.

Como proposto por Silva (2015), é a partir da prática à teoria que a mediação da informação pode ser concebida. Deste modo, o estudo, apoiado na experiência do trabalho de campo – próxima etapa da pesquisa –, buscará contribuir com os debates, trazendo novas indagações e questionamentos para refletir, se possível, sobre *uma mediação outra*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

_____. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@**, Matinho, v.8, n.2, p. 132-144, jul./dez. 2015a.

_____. Mediação da Informação: um conceito atualizado. In.: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J.; SILVA, R. (Orgs). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015b. Cap. 1.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In.: _____; MOREIRA, A. F. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas**

pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

_____. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. In.: _____. (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação “outra”?. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. P. 76-96.

FERNANDES, Edimar Antonio; BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. Povos indígenas, comunidades quilombolas e ensino superior: a experiência da Universidade Federal do Pará. In.: OLIVEIRA, A. da C.; BELTRÃO, J. F. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e Universidade**: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais. Belém: Santa Cruz, 2015. p. 252-280.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Interculturalidade e etnossaberes. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 39-65, jul./dez. 2016.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação intercultural no Brasil. **Educação, Sociedade e Cultural**, n. 16, p. 45-62, 2001.

_____. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. **Série Estudos**, Campo Grande, MS, n. 37, p. 89-106, jan./jun. 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada/Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MORAIS, Maria Lúcia; SANTOS, Lenne. **Ufopa divulga balanço sobre entrada de alunos indígenas e quilombolas na universidade**. 2017. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/noticias/2017/abril/ufopa-divulga-balanco-sobre-entrada-de-alunos-indigenas-e-quilombolas-na-universidade>>. Acesso em: 20 abr. 2017

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

TUBINO, Fidel. La interculturalidade crítica como proyecto ético-político. In. ENCUENTRO CONTINENTAL DE EDUCADORES AGUSTINOS, Lima (Peru), enero, 2005, **Anais...** Lima, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA). **Racismo na universidade?:** orientações para a Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Superação do Racismo. Santarém, 2016.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A rebelião indígena na Ufopa e a força da interculturalidade. In.: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação intercultural. In.: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo Interculturalidad Crítica**. La Paz, Bolívia: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, III CAB, 2010. p. 75-96.